
Memória e suas implicações na vida cotidiana: análise teórica

Memory and its implications in everyday life: theoretical analysis

Roberta Lopes Augustin*
Sérgio Augustin**

Resumo: Este ensaio tem como objetivo refletir sobre o conceito de memória a partir de leitura que visa a alertar para a urgência de uma análise mais minuciosa em ciências sociais. Desse modo, enfatizando a importância da análise situacional, focando a defesa das relações e ações do cotidiano como fator determinante para uma investigação científica sobre a memória, como um conceito rico em subjetividade e como um articulador e representante da intersubjetividade do cotidiano. Para tanto, são utilizadas as prerrogativas de Alfred Schutz para a compreensão das ações sociais e a reflexão sobre o conceito de memória à luz de autores reconhecidos. Finalizando, estudados são os espaços teóricos, metodológicos e, sobretudo, vividos da memória na contemporaneidade.

Palavras-chave: memória; cotidiano; sociedade contemporânea.

Abstract: This essay aims to reflect on the concept of memory from reading that seeks to draw attention to the urgent need for more detailed analysis in the social sciences. Thus, emphasizing the importance of situational analysis, focusing on the defense of relations and actions of the everyday life as a determinant factor for scientific research on memory, as a concept rich in subjectivity and as an organizer and representative of inter-subjectivity of the everyday. To do so, we use the prerogatives of Alfred Schutz in the understanding of social action and reflection on the concept of memory in light of recognized authors. Finishing with theoretical, methodological, and especially experienced spaces of the contemporary memory.

Keywords: memory; everyday; society contemporary.

* Mestre em Integração Latino Americana (UFSM). Aluna de Pós-Graduação em Ciências Sociais (Unisinos). *E-mail:* roberta.augustin@gmail.com

** Doutor em Direito pela Universidade Federal do Paraná (2002). Atualmente é professor da Universidade de Caxias do Sul. Coordenador do Programa de Mestrado em Direito da Universidade de Caxias do Sul. *E-mail:* saugusti@ucs.br

Introdução

Este ensaio tem como pretensão refletir sobre o conceito de *memória* e suas implicações na vida cotidiana, tendo como alicerce a afirmação de Gilberto Velho: “A memória é fragmentada. O sentido de identidade depende, em grande parte, da organização desses pedaços, fragmentos de fatos e episódios separados. O passado, assim, é descontínuo.” (1994, p. 103). A partir dessa perspectiva, é necessário buscar recursos teóricos para uma melhor compreensão sobre a construção do conceito de memória. Assim, é preciso aproximar alguns suportes teóricos defendidos por autores consagrados do pensamento das ciências sociais.

Esta reflexão propõe discorrer sobre os principais pontos elencados da obra de Alfred Schutz, que busca anunciar a importância da vida cotidiana, enfatizando a ação e o ator nas suas mais complexas inter-relações. Nesse sentido, discorrendo sobre a importância de uma análise profunda acerca dos caminhos desse ator e suas diferentes influências, indagando e arquitetando uma minuciosa investigação sobre a situação em que esse está inserido, destacando um olhar analítico sobre a situação definida a partir da biografia do ator, bem como a ideia de projeto. Para tanto, fundamentando a interdependência da biografia, da memória e sua definição de projeto.

No segundo momento, é preciso aprofundar e complexificar o conceito de memória e suas influências sociais, como Maurice Halbwachs em sua obra *Memória coletiva* (2004), que tem como premissa investigar a memória coletiva e a memória histórica, discutindo sobre a diferença entre memória autobiográfica e memória histórica, tecendo olhares sobre as diferentes relações sociais que constroem esse conceito. Igualmente, a autora Jacy Alves de Seixas enfatiza algumas fragilidades conceituais e salienta a utilização massiva e descuidada da memória, em seu texto “Percurso de Memórias em Terras de História: problemas atuais” (2004).

E, por último, este ensaio tem como finalidade dialogar sobre a memória, portanto, levando à discussão as influências sociais e seus instrumentos que concretizam seus objetivos sejam eles materiais, sejam eles imateriais. Por esse motivo, é relevante mapear alguns elementos cruciais como os lugares de memória e os conceitos de cidade e imaginário.

A preferência por esse tema justifica-se pela observação das manifestações sociais que, constantemente, têm investido na memória como um poderoso instrumento que visa a instigar ou concretizar diferentes relações sociais e, por conseguinte, as inquietações que questionam a utilização e as influências sociais, que se refletem tanto no plano macro

quanto no microestrutural, focados nas relações cotidianas. Assim, visualiza-se um indivíduo em meio a um turbilhão de informações que surgem com uma velocidade surpreendente, que faz dele um consumidor de informação, que, por vez, comporta-se como receptor, acrítico, esquecendo-se de uma capacidade relevante: a capacidade seletiva.

Nesse ponto, se percebe os primeiros reflexos do que hoje se identifica como sociedade do esquecimento e o nascimento ou renascimento de instituições profissionalizadas na (re)construção da memória, bem como sua inserção social. Nesse momento, é que se enfatiza o caráter político, salientado por Seixas (2001, p. 7): “Toda a memória, seja ela ‘individual’, ‘coletiva’ ou ‘histórica’, é uma memória para qualquer coisa, e não se pode ignorar esta finalidade política (no sentido amplo do termo).”

Alfred Schutz: para compreender os novos espaços da memória

A prioridade de Schutz é investigar as experiências da ação e interpretação da vida cotidiana, descortinar o senso comum, utilizando-o na construção do pensamento científico das ciências sociais. Compreendendo, dessa forma, que a consciência individual é construída a partir das experiências da vida cotidiana, sendo, portanto, significativa e abstrata, desse modo, afasta-se de dualismos teórico-metodológicos e enfatiza os processos intersubjetivos. É evidente a aproximação com Max Weber, porque entende a sociologia como a compreensão da ação social, e com Edmund Husserl que pretende utilizar os preceitos da fenomenologia na sociologia, articulando uma fenomenologia social.

Propõe, dessa forma, estudos sobre os processos de interpretação que são utilizados na vida cotidiana, sendo a linguagem coloquial uma fonte de pesquisa relevante, porque traça tipos e características pré-constituídas, formando um campo inexplorado. Nesse sentido, são as questões e inquietações norteadoras de sua tese, desenhando um cenário de fontes ricas, pois, para o autor, é necessário que a vida cotidiana seja descoberta, a saber,

desde o princípio, nós, os atores no cenário social, vivemos o mundo como um mundo ao mesmo tempo de cultura e natureza, não como um mundo privado, mas intersubjetivo, ou seja, que nós é comum, que nos é dado ou que é potencialmente acessível a cada um de nós. E isso implica a intercomunicação e a linguagem. (SCHUTZ apud COULON, 1995, p. 12).

Schutz identifica o indivíduo como construtor do seu próprio mundo, arquitetando sua vida cotidiana, e o senso comum é o recurso cognitivo que estabelece a relação e as ações do cotidiano, compartilhando suas experiências cheias de significados. Portanto, a intersubjetividade é o ponto crucial na obra de Schutz, pois percebe o mundo social como um fenômeno intersubjetivo. O autor sugere nesse item a compreensão das motivações do *outro* em suas diferentes especificidades. Logo, é justamente a relação com o *outro* que viabiliza a experiência, conseqüentemente, as experiências cotidianas que não são privadas, particulares, e sim, compartilhadas e construídas a partir de relações com diferentes atores por meio da comunicação. Portanto, as ações na vida cotidiana só têm sentido em relação às ações dos demais. Enfim, desenvolvem procedimentos de ajustes para que a experiência de um seja assimilada pelo *outro*, a partir de processos de comunicação e interação; dessa forma, elabora-se uma realidade que se pode compartilhar criando uma vivência comum, entendida por todos aqueles que convivem no mesmo espaço social.

Schutz afirma que a interdependência nas relações da vida cotidiana traz consigo uma carga de conflitos inevitáveis, devido à sua subjetividade. Porém, é preciso compreender que não é uma equação cheia de conceitos definidos que visa a analisar as singularidades em seu mundo, mas uma investigação acerca das típicas construções que incorporam essas singularidades. Dessa maneira, afloram os níveis de significatividade dos atores envolvidos em determinada situação. O autor enfatiza o quanto a vida cotidiana e o senso comum não podem ser analisados por uma ótica racional e linear; esclarece o quanto é perigoso trabalhar com o senso comum, visto que é preciso compreender que esse pode ser uma fonte rica de dados, mas desigual, desconexa.

Nessa perspectiva, a significatividade apresenta uma atividade interpretativa e seletiva visível no constante planejamento de tipificação, que é desenvolvido não só pelo cientista social, mas também na vida cotidiana em que os atores estão inseridos. Ou seja, o conhecimento do senso comum também é fator importante para essa construção, já que seleciona as informações que interessam e as coaduna num nível maior. Assim, são os conhecimentos extraídos da vida cotidiana que o autor elege como sendo conhecimento à mão, à disposição.

Em sua tese, o autor identifica marcos importantes para uma investigação em ciências sociais; o primeiro indica que os atores interagem a partir de percepções pré-constituídas no caminho percorrido, ou seja, dos

acontecimentos do passado. O segundo destaca a contínua movimentação social e atenta para a constante significação dos atores sobre suas ações. O terceiro ponto enfatiza o conhecimento à mão que define as estruturas da vida cotidiana. Já o quarto ponto de análise refere-se às construções desenvolvidas para uma contínua reflexão sobre as suas características e que tem como objetivo a liberdade de se reinterpretar a partir de uma permanente observação. No último ponto, o autor defende a reciprocidade; nesse item, garante-se a propriedade que estabelece relações entre as experiências e as ações subjetivas.

O conhecimento que Schutz identifica como a situação biográfica faz parte da dinâmica social e articula a construção da intersubjetividade, trazendo, em seu objeto, a praticidade e não o questionamento. Assim, o passado comum, o envelhecer juntos só e possível não em experiências passadas, mas em possibilidades futuras. Para contemplar esse fim, é necessário enfatizar Gilberto Velho

Alfred Schutz desenvolveu a noção de projeto como “conduta organizada para atingir finalidades específicas”. Embora o ator, em princípio, não seja necessariamente um indivíduo, podendo ser um grupo social, um partido, ou outra categoria, creio que toda a noção de projeto está indissolúvelmente imbricada à ideia de indivíduo-sujeito [...]. A consciência e valorização de uma individualidade singular, baseada em uma memória que dá consistência à biografia, é o que possibilita a formulação e condução de projetos. Portanto, se a memória permite uma visão retrospectiva mais ou menos organizada de uma trajetória e biografia, o projeto é a antecipação no futuro dessas trajetória e biografia, na medida em que busca, através do estabelecimento de objetivos e fins, a organização dos meios através dos quais esses poderão ser atingidos. A consciência do projeto depende da memória que fornece os indicadores básicos de um passado que produziu as circunstâncias do presente, sem a consciência das quais seria impossível ter ou elaborar projetos [...]. O projeto e a memória associam-se e articulam-se ao dar significado à vida e às ações dos indivíduos, em outros termos, a própria identidade. (1994, p. 101).

O passado é descontínuo (VELHO, 1994) é a ideia balizadora deste ensaio, entender a memória a partir da fenomenologia social de Alfred Schutz refletindo sobre seu complexo conceito.

Visitando o conceito de *memória*

É necessário pontuar e revisitar o conceito de *memória* e seus demarcadores, tendo como intenção a clarificação e a compreensão desse, bem como investigar teoricamente questionando os seus espaços metodológicos. Portanto, a memória é compreendida como um conceito interdisciplinar que torna sua utilização conceitual muito cuidadosa, justamente por transitar em diferentes terras científicas.

Nesse intuito, Seixas entende que

toda a memória é fundamentalmente “criação do passado”: Uma reconstrução engajada do passado (muitas vezes subversiva, resgatando a periferia e os marginalizados) e que desempenha um papel fundamental na maneira como os grupos sociais mais heterogêneos apreendem o mundo presente e reconstróem sua identidade, inserindo-se nas estratégias de reivindicação por um complexo direito ao reconhecimento. O que é aqui colocado em primeiríssimo plano é, portanto, a relação entre *memória e (contra) poder*, memória e política. A memória é ativada visando, de alguma forma, ao controle do passado (e, portanto, do presente). Reformar o passado em função do presente via gestão das memórias significa, antes de mais nada, controlar a materialidade em que a memória se expressa (das relíquias aos monumentos, aos arquivos, símbolos, rituais, datas e comemorações). Noção de que a memória torna poderoso(s) aquele(s) que a gere(m) e controla(m). (2001, p. 89).

Acrescenta-se, ainda, o entendimento de Bergson, filósofo francês, que estuda a memória como ponto de partida das leituras do mundo por meio de imagens e a apreensão desse mundo. Nesse ínterim, o autor enfatiza as lembranças, as imagens e a percepção:

Sob forma de imagens-lembranças, todos os acontecimentos de nossa vida cotidiana à medida que se desenrolam [...]. Ela não negligenciaria nenhum detalhe; atribuiria a cada fato, a cada gesto, seu lugar e sua data. Sem segunda intenção de utilidade ou de aplicação prática, armazenaria o passado pelo mero efeito de uma necessidade natural. (BERGSON, 1999, p. 62).

Ainda nesse ponto, encontra-se Maurice Halbwachs, sociólogo, que objetiva sua investigação em diferentes contextos sociais e não na memória como tal. O autor entende que a memória individual depende da memória coletiva, uma vez que o homem é um ser social, e que todas as lembranças estão relacionadas a algum momento, a alguma pessoa e compreende que os espaços dessas lembranças são sociais e determinadas. Portanto, toda memória é a construção e a reconstrução do passado que se aproveita dos quadros sociais; desse modo, as memórias individuais são dependentes das memórias coletivas. No entanto, como afirma Halbwachs

se a memória individual pode, para confirmar algumas de suas lembranças, para precisá-las, e mesmo para cobrir algumas de suas lacunas, apoiar-se sobre a memória coletiva, deslocar-se nela, confundir-se momentaneamente com ela, nem por isto deixa de seguir seu próprio caminho, e todo esse aporte exterior é assimilado e incorporado progressivamente à sua substância. A memória coletiva por outro lado, envolve as memórias individuais, mas não se confunde com elas. (2004, p. 53).

O autor intensifica a reflexão alegando que as lembranças são identificadas e alimentadas a partir das relações desenvolvidas nos diferentes grupos sociais. Então, a memória é articulada e modificada conforme a posição que os indivíduos ocupam e suas relações nos grupos sociais aos quais pertencem. Parafraçando o autor, a lembrança é a imagem engajada em outras imagens; desse modo, as vivências nesses grupos sociais viabilizam a construção de representações do passado, fundamentadas nas percepções de outros ou na própria apreensão de representações historicamente construídas e impostas internalizando o discurso oficial.

A lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente, e, além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora manifestou-se já bem alterada. (HALBWACHS, 2004, p. 75-76).

Para ele, a memória fundamenta-se no passado vivido e não no passado apreendido a partir da história escrita. O autor define a memória histórica como uma sucessão de fatos relevantes que, relacionados, unificam a

representação histórica de um determinado objeto. Já a memória coletiva só existe no plural, então, o autor diferencia *memória* de *história*, visto que entende que a história pode ser construída a partir da síntese de determinado objeto para um grupo de pessoas; entretanto, a percepção de cada um (desse grupo), será distante e repleta de peculiaridades, distanciando-se da elaboração da síntese dos fatos.

Acrescenta-se, ainda, a memória individual que, muitas vezes, se confunde com a memória coletiva, já que essa depende de diferentes instrumentos, disponibilizados pela memória coletiva que são elaborados no meio em que o indivíduo está inserido. Ao mesmo tempo, a memória coletiva abrange as memórias individuais, mas não se confunde com elas. Entende-se que os fatores internos necessitam dos externos para suas afirmações, e o indivíduo, em seus diferentes ciclos de vida, arquiva lembranças particulares, mas também as que estão inseridas em grupos, e são esses que vão sustentar a lembrança de determinados fatos. Fatos que serão lembrados por diferentes fontes: por jornais ou por meio de depoimentos daqueles que deles participaram diretamente. Esses acontecimentos estão situados na memória de um grupo e dependem, assim, da memória do *outro*; as lembranças do *outro* representam o sentimento de confiança, é uma memória “emprestada”, como se lê em Halbwachs:

Uma interior ou interna, a outra exterior; ou então a uma memória pessoal, a outra memória social. Diríamos mais exatamente ainda: memória autobiográfica e memória histórica. A primeira se apoiaria na segunda, pois toda história de nossa vida faz parte da história em geral. Mas a segunda seria, naturalmente, bem mais ampla do que a primeira. Por outra parte, ela não nos representaria o passado senão sob uma forma resumida e esquemática, enquanto a memória de nossa vida nos apresentaria um quadro bem mais contínuo e mais denso. (2006, p. 59).

Então, se a memória é um instrumento social, já que o presente está apoiado no passado, assim, “pela memória, o passado não só vem à tona das águas presentes, misturando-se com as percepções imediatas, como também empurra, ‘desloca’ estas últimas, ocupando o espaço todo da consciência”. (BOSI, 1994, p. 27). Nessa perspectiva, destaca-se outra obra fundamental: *Memória e sociedade* (1994) da autora Ecléa Bosi, na qual questiona e argumenta que o fator socializador da memória é a linguagem,

uma vez que essa “reduz, unifica e aproxima, no mesmo espaço histórico e cultural, vivências tão diversas como os sonhos, as lembranças e as experiências recentes”. (p. 28). Outro aspecto relevante é o caráter político em que o conceito de memória vivencia o que é e como será comemorada tal situação; reflete-se sobre a manipulação política tão inserida nas manifestações e nos lugares de memória. Bosi analisa que

na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho. Se assim é, deve-se duvidar da sobrevivência do passado, “tal como foi”, e que se daria no inconsciente de cada sujeito. A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual. Por mais nítida que nos pareça a lembrança de um fato antigo, ela não é a mesma imagem que experimentamos na infância, porque nós não somos os mesmos de então e porque nossa percepção alterou-se e, com ela, nossas idéias, nossos juízos de realidade e de valor. O simples fato de lembrar o passado, no presente, exclui a identidade entre as imagens de um e de outro, e propõe a sua diferença em termos de ponto de vista. (1994, p. 55).

Desse modo, a lembrança não é estática, e a imagem do passado é substituída lentamente por novas. Nessa reconstrução, o *outro* passa a ter papel fundamental, confirmando a ideia central de Halbwachs, com a qual defende que as imagens do passado não estão na memória do indivíduo, e sim, na sociedade. Portanto, a memória teria como objetivo orientar o sujeito? Como, por exemplo, reproduz um comportamento já utilizado e julgado adequado? Logo, a memória tem papel muito prático e focado, visto que se serve do passado para delimitar ações interessadas. Para Seixas,

a memória carregaria, assim, um atributo fortemente ético, incidindo sobre as condutas dos indivíduos e dos grupos sociais. Não interfira diretamente e voluntariamente sobre as ações, [...] seus objetivos, fixando-os e calculando-os previamente, mas atuando no sentido essencialmente ético de induzir condutas, de interferir na (im)possibilidade mesma das ações. (2001, p. 5).

Por conseguinte, se a memória coletiva e a individual são sociais justamente por serem coletiva, essa utilizará outro conceito de suma importância para a sua própria atuação: os lugares de memória, e esses são inseridos neste ensaio como espaços de observação sobre as influências e as consequências sociais.

A vida cotidiana oportunizando diferentes espaços de memória

Pierre Nora reflete sobre a espacialização da memória, definindo que os lugares de memória são

lugares materiais onde a memória social é ancorada e pode ser aprendida pelos sentidos, são lugares funcionais que têm como objetivo alicerçar as memórias coletivas e lugares simbólicos onde permitem a revelação e expressão da memória. (1993, p. 37).

Aos lugares de memória vincula-se a necessidade de (re)construir e interpretar as reais intenções da continuidade das memórias de caráter coletivo ou individual, conferindo a esses elementos uma função social com significação dentro de seu tempo. Os espaços sociais, presentes na vida cotidiana de uma sociedade, apresentam um cenário ideal para observações e reflexões sobre esse conceito nas sociedades contemporâneas.

Por esse motivo, a cidade¹ está inserida em um espaço social com um tempo determinado e com a memória que os homens constroem para si mesmos. Desse modo, está sempre em transformação tanto no tempo como no espaço. Assim, é a ação humana sobre a natureza. É também sociabilidade, já que comporta indivíduos, grupos, classes, práticas de interação, de oposição, de transformação, de domínio e de submissão. (PESAVENTO, 2002).

Paul Ricoeur (1994) destaca que a cidade se constrói pelo imaginário. É o espaço onde os homens constroem imagens e discursos; é expressão de desejos, medos; é prática de conferir sentidos e significados ao espaço e ao tempo. A cidade pensada, desejada, imaginada, representa mais o real do que o espaço urbano na sua materialidade.

Para Michel de Certeau (2002), o espaço é um “lugar praticado”, onde os indivíduos da cidade transformam em espaço, e a rua é definida pelo urbanismo como lugar. O lugar, aqui tratado, refere-se ao lugar antropológico. Já Castells define *lugar* como um local cuja “forma, função e

significados são independentes dentro das fronteiras da contiguidade física”. (1983, p. 55).

A cidade inventa seu passado por meio do presente, por meio da memória individual ou coletiva, ou seja, pela narrativa com a qual cada grupo reconstrói o passado. Nesse sentido, a cidade do presente identifica o patrimônio e transforma espaços em lugares com significados.

Dessa forma, a cidade acaba definindo uma identidade, construindo relações particulares e, conseqüentemente, sociais, recheada de especificidades; é um modo de ser, que possibilita reconhecimento e fornece aos indivíduos uma sensação de pertencimento e de identificação. Dessa maneira, a memória de uma sociedade é o seu referencial de conduta. Logo, sem memória, não há identificação, desaparece a cultura e são destruídas as consistências sociais de caráter coletivo. A identidade é formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais os indivíduos são representados nos sistemas sociais que os cercam. Para um indivíduo, sua identidade é a percepção do que ele é em relação ao mundo social e ao mundo natural; é o sentimento de pertencimento ligado a essa percepção. É, ainda, a consciência que uma pessoa tem de si mesma.

No entanto, para perceber ainda mais essa sociabilidade, é necessário contemplar as ações de valorização do patrimônio cultural, porque esse interfere na socialização de uma sociedade, por isso, é importante refletir sobre o papel que ele pode desempenhar na construção da memória coletiva. O sentido da preservação não se refere à materialidade existente, mas à representação, evocação que lhe é inerente, ou seja, preserva-se porque determinado bem patrimonial tem um valor, é portador de referências para a sociedade ou para segmentos dela, inclusive como forma de dominação. O patrimônio cultural de uma sociedade é definido pela atribuição de valores históricos, artísticos, arquitetônicos, afetivos, entre outros. Portanto, digno de preservação ou de esquecimento. Nesse aspecto, o patrimônio constitui-se em representação que estimula manifestações sociais.

As sociedades contemporâneas são repletas de escolhas, o que caracteriza interpretações modernas, momentos de incertezas, intensificando uma sensação de ruptura com o passado. Para estabelecer a continuidade entre o presente e o passado, são construídos os lugares de memória, expressos em monumentos, edifícios, costumes, artefatos, comemorações, marcos referenciais que têm como função atribuir significados.

Considerando o patrimônio como documento da sociedade, é inegável a relevância que esse tem, independentemente, dos grupos, das classes ou das etnias que ele venha a representar ou do período histórico a que se refere. O patrimônio é considerado um elemento revelador da memória.

Entende-se que a memória é um fenômeno vivo nas tradições orais, e os testemunhos materiais podem ser seus estimuladores, porque ela consiste na capacidade de guardar o que se quer lembrar, ajudando a construir o presente por meio de continuidades instigadas e instituídas. Para Pesavento (2002), “a memória opera como sendo um museu imaginário, onde as lembranças buscam correspondências com outras peças” (2002, p. 27), isto é, a memória funciona como um arquivo que armazena lembranças, e essas se interligam com outras informações. Assim, ao resgatar o cotidiano das cidades a partir da investigação da memória, pretende-se tornar presente o ausente, de registrar uma ausência por meio das lembranças de um passado.

Dentre as perspectivas de abordagem, as ciências sociais podem ser consideradas como um caminho desestabilizador das estruturas de análise, possibilitando uma reorganização do campo de pesquisa, incluindo novas temáticas, novos procedimentos e novos problemas, de forma a rearticular o conhecimento, tomando-o não mais um fato isolado, mas contextualizado a partir de outros elementos que lhe dão significado. Nessa perspectiva, emergem a memória, a cultura, a imagem, o tempo, a oralidade, a identidade, o patrimônio e outros mecanismos de análise como espaços pertinentes para a pesquisa e se constituem como foco de discussão teórico-metodológica.

A história da cidade e os seus desdobramentos, no diálogo com os mais diversos interlocutores, fazem da memória uma representação do passado, decifrando sua realidade por meio das suas representações, tentando chegar às formas discursivas e imagéticas, por meio das quais os indivíduos expressaram o seu mundo.

O imaginário da cidade é outro conceito importante que foi apresentado dentro do conjunto de mudanças que acompanham este ensaio. O imaginário é um sistema de representações coletivas que os indivíduos constroem ao longo da história para dar significado ao social; o imaginário é um processo de invenção da realidade. (PESAVENDO, 2002). Mas essas construções são históricas, porque são definidas por um tempo e um espaço determinados.

No entanto, é em Castoriadis (1982) que se torna evidente a relação entre imaginário e simbolismo, quando reflete sobre o fato de que o

imaginário utiliza o simbólico para existir e ainda evoca imagens diante das representações e relações de objetos não reais. O imaginário (como representação do real) é sempre referência a algo ausente. O imaginário enuncia, evoca, reporta-se a alguma coisa não presente. Revela sentidos e significados para além do real aparente.

Segundo Reinhardt Koselleck (1993), é o presente que pensa o passado, pensa com um olhar para o futuro, ou seja, olha o vivido com as expectativas construídas para o futuro e/ou a coletividade.

Considerações finais

São considerações finais deste ensaio e iniciais para um próximo, visto que os espaços em que se estabelecem as ações exigem a compreensão dos fatos que contribuem para a existência da realidade em que os indivíduos se inserem como agentes (trans)formadores de práticas sociais. A tomada de postura crítica ante os problemas contemporâneos parte da investigação social da realidade, originada da necessidade de solucionar problemas num determinado contexto social.

É nessa perspectiva que o conhecimento das ciências sociais precisa do reconhecimento de distintas observações sobre determinados espaços sociais e compreende seus atores como articuladores e dinamizadores dos seus próprios contextos. Pensar a memória, como elemento dinamizador na partilha de experiências e na interlocução dos conhecimentos, permite o avanço para um descondicionamento progressivo dos ranços da perspectiva tradicional.

O conhecimento interpretativo dos atores sociais envolvidos em um determinado contexto é fundamental para a compreensão das situações que conformam a realidade concreta. Contudo, estabelecer as relações possíveis entre a prática, seus entendimentos e a situação social em que essas ocorrem, requer a *ruptura* com crenças acerca do trabalho investigativo, ou seja, é preciso esclarecer que esse não se postula a partir de “teorias implícitas”, muito ao contrário, é resultado de uma ação humana, que, por sua vez, foi concebida por alguém.

Novas perspectivas e influências possibilitam a reorientação do enfoque social, e essas transformações aprofundam o saber social e possibilitam a descoberta de novas abordagens; o desmoronamento da continuidade, o questionamento de abordagens globalizantes do real, permitindo, assim, o questionamento do discurso, dinamizando, por conseguinte, as relações

sociais e influenciando a abertura de perspectivas. Essas tipificam e diversificam o gênero, o imaginário, a representação, o cotidiano, buscando e preservando as especificidades, assim como identificando a compreensão profunda das relações, das interações sociais.

Este ensaio teve como intuito refletir sobre a memória e suas influências na sociedade contemporânea, instigado tanto pela massiva produção acadêmica que tem sido construída nas últimas décadas, como pela inquietação elaborada a partir de observações feitas nas relações cotidianas.

Referências

- BERGSON, Henri. *Matéria e memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. São Paulo: M. Fontes, 1999.
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade*. 5. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- CASTELLS, Manuel. *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- DE CERTEAU, Michel. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- CHOAY, Françoise. *Alegoria do patrimônio*. São Paulo: Edunesp, 2001.
- COULON, Alan. *Etnometodologia*. Trad. de Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis: Vozes, 1995a.
- _____. *Etnometodologia e educação*. Trad. de Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis: Vozes, 1995b.
- _____. *A escola de Chicago*. Campinas: Papirus, 1995c.
- HALBWACHS, Maurice. *Les Cadres Sociaux de La Mémoire*. Paris: Albin Michel, 1994.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro pasado*. Barcelona: Paidós, 1993.
- NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. *Projeto História 10* – revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo: 1993.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Memória, história e cidade: lugares no tempo, momentos no espaço*. Uberlândia: Art Cultura, v. 4, n. 4, p. 23-35, jun. 2002.
- POSSAMAI, Zita Rosane. *O patrimônio em construção e o conhecimento histórico*. Porto Alegre: Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras, n.27, p.13-23, 2000.
- RICOEUR, Paul. *Interpretação e ideologia*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.
- SCHWERTNER, Amélia. *Planejamento urbano e regional*. Referências adicionais: classificação do evento: Regional; Brasil/Português; Meio de divulgação: Digital, 2012.
- SCHUTZ, A. *El problema de la realidad social*. Buenos Aires: Amorrortu, 1974.
- WAGNER, Helmut R. (Org.). *Fenomenologia e relações sociais: textos escolhidos de Alfred Schutz*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- SEIXAS, Jacy A. *Comemorar entre memória e esquecimento: reflexões sobre a memória histórica*. *Revista História: Questões & Debates*, Curitiba: Ed. da UFPR, n. 32, jan./jun. 2000.
- SEIXAS, Jacy Alves de. *Halbwachs e a memória-reconstrução do passado: memória coletiva e história*. *História*, São Paulo, Edunesp, n. 20, 2001.
- _____. *Percursos de memória em terras de história: problemáticas atuais*. In: BRESCINI, Stella; NAXARA, Márcia (Org.). *Memória e (re)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Unicamp, 2001.
- _____. *Os campos (in)elásticos da memória: reflexões sobre a memória histórica*. In: SEIXAS, Jacy A.; BRESCINI, M. Stella; BREPOHL, Marion (Org.). *Razão e paixão na política*. Brasília: Ed. da UnB, 2002.
- _____. *Os tempos da memória: (des)continuidade e projeção: uma reflexão (in)atual para a história?*. *Projeção História*, São Paulo: PUC/SP, 2002.

VELHO, G. *Subjetividade e sociedade: uma experiência de geração*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

_____. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

_____. Patrimônio, negociação e conflito. *Mana*, v. 12, n. 1, p. 237-248, 2006.